

AUTODECLARAÇÃO RACIAL DE ESTUDANTES DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA): ROMPENDO AS BARREIRAS DA (IN)VISIBILIDADE NA ESCOLA

Ivanildo Alves de Lima Júnior ¹
Cilene das Graças Francisca da Silva Lima ²
João Gabriel da Silva Santos ³
Maria Eduarda Batista da Silva Medeiros ⁴
Ana Patrícia Siqueira Tavares Falcão ⁵

INTRODUÇÃO

A escola é uma das principais instituições responsáveis pela formação cidadã e pelo desenvolvimento de valores que sustentam uma sociedade democrática. Nesse sentido, tem o dever de promover o reconhecimento e a valorização das identidades negras, estimulando uma cultura escolar pautada na diversidade e na equidade racial. No Brasil, país marcado por uma profunda herança escravocrata e por desigualdades raciais persistentes, a educação assume papel central no combate ao racismo estrutural e na promoção da justiça social.

Com a promulgação da Lei nº 10.639/2003, tornou-se obrigatória a inclusão da História e Cultura Afro-Brasileira no currículo escolar, representando um avanço significativo nas políticas públicas de valorização da população negra. Contudo, a efetivação dessa legislação ainda enfrenta desafios, principalmente no que diz respeito à formação docente, ao planejamento pedagógico e à sensibilização das comunidades escolares.

Diante disso, o presente estudo teve como objetivo realizar o mapeamento do número de estudantes negros de uma turma do turno da noite de uma escola da rede municipal de Vitória de Santo Antão – PE, buscando compreender como esses sujeitos percebem sua identidade racial e vivenciam as questões relacionadas à diversidade no

¹ Graduado pelo curso de Licenciatura em Letras da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, ivanildo.alves@vitoria.ifpe.edu.br;

² Graduanda do curso de Licenciatura em História da UNINASSAU, cilenepsico513@gmail.com;

³ Graduando do curso de Licenciatura em Educação Física da Universidade de Pernambuco - UPE, gab4iel235@gmail.com;

⁴ Graduanda do curso de Direito da UNIFACOL, mariaeduardamedeiros2610@gmail.com;

⁵ Graduada pelo curso de Licenciatura em Educação Física da Universidade de Pernambuco - UPE, ana.falcao@vitoria.ifpe.edu.br.



espaço escolar. Além de quantificar, pretendeu-se refletir sobre a presença da temática afro-brasileira nas práticas pedagógicas e nas relações cotidianas da escola.

METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)

A pesquisa se caracteriza como quali-quantitativa, de campo e de natureza descritiva. A abordagem quantitativa foi utilizada para identificar o perfil racial dos estudantes e apresentar os dados estatísticos relativos à turma; já a abordagem qualitativa permitiu compreender percepções, experiências e significados atribuídos pelos participantes às suas vivências escolares.

O estudo foi realizado em uma escola da rede municipal de ensino de Vitória de Santo Antão – PE, com uma turma de Educação de Jovens e Adultos (EJA) do Ensino Fundamental I, no turno da noite. Participaram 43 estudantes, com idades entre 15 e 63 anos, sendo 21 mulheres (48,8%) e 22 homens (51,2%).

O instrumento de coleta de dados foi um questionário estruturado, contendo perguntas fechadas e abertas, aplicado de forma presencial. As perguntas abordaram aspectos como: autodeclaração racial, experiências de preconceito no ambiente escolar, percepção sobre a cor da pele e participação em atividades sobre cultura afro-brasileira.

Os dados quantitativos foram organizados em tabelas e percentuais, enquanto as respostas qualitativas foram analisadas por meio da análise de conteúdo, conforme Bardin (2011), permitindo identificar tendências e percepções recorrentes entre os estudantes.

REFERENCIAL TEÓRICO

O reconhecimento e valorização das identidades negras no contexto escolar está intimamente relacionado ao papel social da educação na formação de sujeitos críticos e conscientes. Segundo Munanga (2005), a escola deve contribuir para a desconstrução de estereótipos raciais e para a construção de uma autoimagem positiva entre os estudantes negros. Esse processo depende de práticas pedagógicas antirracistas que enfrentem o silenciamento histórico sobre a contribuição da população africana e afro-brasileira na formação do país.

Cavalleiro (2001) destaca que o racismo na escola se manifesta de maneira sutil, seja nas ausências do currículo, seja nas atitudes cotidianas de professores e colegas. Assim, a promoção de uma educação antirracista requer o engajamento de toda a comunidade escolar, valorizando a diversidade cultural e combatendo o preconceito em suas múltiplas formas. Para a autora, é fundamental reconhecer que o racismo escolar não



é um fenômeno isolado, mas sim parte de uma estrutura social que reproduz desigualdades e inferioriza determinados grupos.

De acordo com Gomes (2017), o debate sobre as relações étnico-raciais na escola ultrapassa o campo da representatividade e se insere em uma perspectiva política e pedagógica. A autora ressalta que é necessário repensar a própria concepção de currículo, para que este não reproduza a lógica eurocêntrica que historicamente marginalizou saberes e práticas de origem africana.

A implementação da Lei nº 10.639/2003 representa, portanto, um marco na luta pela igualdade racial, ao instituir a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Afro-Brasileira nos currículos da educação básica. No entanto, sua efetivação requer formação continuada de professores, materiais didáticos adequados e uma postura institucional comprometida com a diversidade.

Nessa mesma linha, Silva (2010) afirma que a escola é um espaço privilegiado para o exercício da cidadania e da transformação social, mas, ao mesmo tempo, pode ser um local de reprodução de desigualdades. Quando não se reconhecem as identidades raciais e as diferenças culturais, o ambiente escolar tende a reforçar o mito da democracia racial e a invisibilizar as experiências de estudantes negros. Por isso, é necessário que o currículo e as práticas pedagógicas reflitam a pluralidade da sociedade brasileira e garantam a representatividade de todos os grupos sociais.

A Educação de Jovens e Adultos (EJA), por sua vez, apresenta especificidades que a tornam um campo fértil para o desenvolvimento de ações afirmativas. Segundo Arroyo (2006), os sujeitos da EJA carregam consigo histórias marcadas por exclusões sociais, econômicas e raciais, sendo a escola um espaço de reconstrução de trajetórias e reafirmação da dignidade. Nesse contexto, promover o reconhecimento racial é também afirmar o direito à memória, à autoestima e à cidadania plena.

Além disso, Nilma Lino Gomes (2003) enfatiza a importância de compreender a identidade negra como uma construção social e política, atravessada por processos históricos de resistência e ressignificação. A autora defende que o fortalecimento dessa identidade no ambiente escolar é essencial para o enfrentamento do racismo e para a consolidação de uma educação emancipadora, que reconheça e valorize as múltiplas identidades culturais presentes no espaço educativo.

Por fim, Hooks (2017) argumenta que a educação libertadora só é possível quando há o reconhecimento da diferença e a valorização das vozes historicamente silenciadas. Para a autora, uma pedagogia crítica e antirracista deve fomentar o diálogo,



a empatia e o compromisso com a transformação social — princípios que se aplicam de forma direta às práticas educativas voltadas à valorização das identidades negras.

Assim, observa-se que o debate sobre identidade negra e educação transcende a mera inclusão de conteúdos afro-brasileiros. Ele implica uma revisão profunda das práticas pedagógicas, das relações interpessoais e das estruturas institucionais, de modo a construir uma escola verdadeiramente democrática, plural e antirracista.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos dados revelou que, entre os 43 estudantes participantes, 05 se autodeclararam negros (11,6%), 28 pardos (65,1%), 09 brancos (20,9%) e 01 amarelo (2,3%). Esses números indicam a predominância de estudantes que se identificam como pardos, refletindo o perfil racial da população brasileira, segundo o IBGE (2022).

Quando questionados sobre experiências de preconceito no ambiente escolar, 35 estudantes (81,4%) afirmaram não ter vivenciado situações dessa natureza, enquanto 09 (18,6%) relataram ter sido alvo de discriminação racial. Embora a maioria não tenha relatado experiências diretas, o número de ocorrências é significativo e evidencia que o racismo ainda se manifesta no espaço escolar.

Quanto à satisfação com a própria cor da pele, quase todos os participantes declararam sentir-se bem e orgulhosos de sua aparência, destacando o valor do respeito e da aceitação. Uma estudante afirmou: “não existe cor de pele feia”, evidenciando a importância de práticas pedagógicas que reforcem a autoestima e o pertencimento racial. Em relação às atividades sobre cultura afro-brasileira, apenas 17 estudantes (39,5%) afirmaram já terem participado de ações pedagógicas voltadas para o tema. Isso demonstra a necessidade de ampliar o trabalho com a Lei nº 10.639/2003 no currículo escolar, de modo que a valorização da cultura negra não se restrinja a datas comemorativas, mas seja parte constante do processo educativo.

Esses resultados confirmam a importância de se consolidar uma educação antirracista e emancipadora, capaz de enfrentar preconceitos e promover a inclusão. O reconhecimento das identidades negras na escola é um passo essencial para o fortalecimento da cidadania e da igualdade racial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo evidenciou que, embora a maioria dos estudantes da EJA se identifique como parda ou negra, as práticas pedagógicas voltadas à valorização da cultura afro-



brasileira ainda são pontuais e insuficientes. A presença de relatos de discriminação racial reforça a necessidade de ações educativas permanentes que abordem o tema de forma crítica e reflexiva.

A efetivação da Lei nº 10.639/2003 deve ser entendida não apenas como cumprimento de uma norma legal, mas como compromisso ético e político com a formação de cidadãos conscientes da diversidade e da história do povo brasileiro. Para isso, é fundamental investir na formação docente, na produção de materiais didáticos inclusivos e na construção de projetos pedagógicos interdisciplinares que promovam a equidade racial.

Conclui-se que a escola, ao reconhecer e valorizar as identidades negras, contribui para a construção de uma sociedade mais justa, plural e democrática, reafirmando seu papel como espaço de resistência, transformação e cidadania.

Palavras-chave: Autodeclaração Racial; EJA; Escola; Diversidade.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel G. *Ofício de mestre: imagens e autoimagens*. Petrópolis: Vozes, 2006.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2011.

BRASIL. *Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003*. Altera a Lei nº 9.394/96 para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 10 jan. 2003.

CAVALLEIRO, Eliane. *Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil*. São Paulo: Contexto, 2001.

GOMES, Nilma Lino. *Educação, identidade negra e formação de professores*. 5. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

GOMES, Nilma Lino. *Sem perder a raiz: corpo e cabelo como símbolos da identidade negra*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.



HOOKS, bell. *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2017.

IBGE. *Censo Demográfico 2022: características da população e dos domicílios*. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

MUNANGA, Kabengele. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra*. Petrópolis: Vozes, 2005.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. *Educação das relações étnico-raciais: desafios e perspectivas*. Brasília: MEC/SECAD, 2010.

